

Apresentação

Para além do que oferece ao leitor, este livro serve para assinalar a breve passagem de Pablo Alonso González pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Ainda que efémera, esta ligação reforçou o *ranking* de produção académica do ICS, valendo ainda ao Pablo a atribuição de um prémio de internacionalização dado pelo instituto, resultado das suas publicações em revistas internacionais reconhecidas. Este livro procura, de modo insuficiente, colmatar uma ausência académica que certamente fomentaria um ambiente de discussão crítica. *O Antipatrimónio: Fetichismo do Passado e Dominação do Presente* reproduz, porém, esta mesma atitude crítica. Apresentando um conjunto de estudos de caso sobre processos de patrimonialização na região espanhola de Maragatería, integrada na Comunidade Autónoma de Castela e Leão, este livro realiza uma crítica ao conceito de património. Na parte inicial é definida a posição do autor face a um conjunto de teorias que, de modo diversificado, lidaram com a ideia de património. Neste universo incluem-se tanto as propostas que valorizam o património, ajudando a construir o valor económico de uma mercadoria, como os críticos do património que nunca chegam a colocar em causa os seus efeitos enquanto categoria de construção do mundo (propriamente fenomenológica).

Esta crítica categorial sustenta-se na noção marxista de fetichismo da mercadoria: o património, para além de criar uma fachada sobre a sua história e economia política, produz igualmente vida, economia, afetos, representações e necessidades. É neste último sentido, aliás, que, para muitos indivíduos no terreno, a exploração económica do

património é um recurso de sobrevivência, um elemento numa economia da urgência que é hoje fundamental para regiões e comunidades, face à ausência de alternativas de organização social. Este livro também procura compreendê-los.

Os debates bibliográficos enunciados na primeira parte do livro levantam discussões que não cabem neste prólogo. Os estudos de caso desenvolvidos sobre as localidades de Santiago Millas e Val de San Lorenzo tornam operativos estes debates teóricos, devolvem-nos aos processos sociais, introduzem grupos e indivíduos nas narrativas, as suas acções, intenções e contradições, prevenindo que o cânone académico se torne ele próprio um património fetichista.

O que produz esta «máquina patrimonial»? A máquina patrimonial é normativa, constituindo-se enquanto forma de governamentalidade: ela reifica totalidades – a nação, a região, a comunidade – e é reproduzida por todas as instâncias que invocam estas totalidades enquanto formas de identidade. Estas instâncias incluem agências dos estados nacionais, instituições internacionais, como a UNESCO, agentes económicos, associações locais e mesmo os discursos políticos de subalternos e de minorias sociais. Por outras palavras, a alteridade, uma convenção que valoriza simbolicamente um produto, é facilmente patrimonializável e convertível em ideologia e mercadoria. A máquina patrimonial molda os comportamentos quotidianos, essencializa as culturas locais, criando uma regime de autenticidade, uma espécie de museu ao ar livre, regulador de hábitos, costumes e consumos, que fomenta uma padrão de comportamento etnicamente vinculado. A máquina patrimonial observa os desvios à sua representação prescritiva, vigia práticas sociais e culturais divergentes e modos distintos de conceber o espaço e a vida material e imaterial. A máquina patrimonial retira às pessoas a capacidade de se autorrepresentarem, torna a sua história linear, não contraditória e estereotipada, mas também, em grande medida, retira-lhes alternativas de vida.

Como se revela na descrição dos modos de construção das representações sobre o povo de Maragatería, a máquina patrimonial alimenta-se de uma alteridade definida diversamente – étnica, biológica-racial, genética, cultural –, convertendo esta diferença em valor económico e recurso ideológico. Isto sucedeu nas regiões internas ao Estado-nação, como Maragatería, como nas regiões externas, como

as conquistadas durante as ocupações coloniais. A máquina patrimonial é global. A sua universalidade como esquema para representar e intervir sobre a realidade constata-se em inúmeras situações. Note-se como esta crítica ao património é útil, por exemplo, para interpretar os termos do debate contemporâneo acerca do processo de devolução dos objetos – convertidos agora em património – retirados das antigas colónias e colocados entretanto em museus metropolitanos. Tornados património, estes objetos de uso quotidiano – instrumentos de trabalho, objetos religiosos ou peças artísticas cujos usos se encontravam fora de um conceito mercantil de arte – não vão ser devolvidos a quem foram retirados, desde logo, porque essas pessoas ou não existem ou os seus contextos de vida se transformaram. Num negócio diplomático, que assinala a ação de políticas de *softpower* ocidentais, requer-se que este património seja repatrimonializado pelos Estados das nações ex-coloniais, museologizado e utilizado para constituir uma narrativa sobre a nação e as suas populações, potencialmente mercantilizável, para o cidadão nacional, mas também para o turista. Este aparente acerto com a história, justo e necessário, reproduz ainda assim as lógicas da máquina patrimonial.

No decorrer da sua interpretação do processo histórico de Maragatería Pablo González demonstra como a história das suas gentes, da sua sociedade e economia é bastante mais rica, mas também mais violenta e contraditória, do que o relato produzido pela máquina patrimonial. Na verdade, a máquina patrimonial impõe-se pelas condições históricas que a própria narrativa oculta: as condições que demonstram como é difícil vincular uma identidade cultural a uma população que é indefinível por prescrições culturais; as condições, enfim, que tornaram o despovoamento iniciado nos anos 1960 a base da desconstrução de uma economia local, o que criou as condições para a instalação urgente de uma máquina patrimonial.

Para sustentar a hegemonia da máquina patrimonial várias alternativas se perfilam neste livro. A mais imediata sugere a intervenção do Estado enquanto meio coletivo de gerar o bem comum, tanto diretamente, dinamizando economias e sociedades locais, como criando possibilidades para os cidadãos produzirem eles mesmos essas alternativas. Outras possibilidades, mais difusas, mas não menos relevantes, articulam-se com esta primeira intervenção. A ideia de constituição de formas de vida não sujeitas à patrimonialização passa

pela discussão da ideia de comunidade. Esta deve fazer-se por contraste com a comunidade imaginada pela máquina patrimonial, mas igualmente por todas as outras máquinas fetichistas que se apropriaram do conceito. Neste sentido, a vida dos habitantes de Maragatería revelou permanentemente as múltiplas insuficiências do exercício de prescrição cultural. Ainda hoje, por exemplo, alguns dos seus habitantes preferem construir casas com materiais modernos, ferindo os processos de estetização patrimonial promovidos por instituições, empresas e pelas «estruturas de sentimento» de uma burguesia urbana cujas representações são poderosas formas contemporâneas de «construir o campo»; outros habitantes, por sua vez, afastam-se de outras concepções comunitárias românticas, igualmente vinculadas a «estruturas de sentimento urbanas», e destroem representações idealizadas, entregando-se aos prazeres e consumos da sociedade do espetáculo. Mas é também com eles, certamente, que será possível, citando um excerto da conclusão deste livro, «construir formas de conhecimento que respeitem a outridade das formas de existência na sua imanência e alteridade e que ao mesmo tempo promovam a sua reprodução sem os incorporar e converter no mesmo, mas também sem essencialismos nem buscas de reconhecimentos identitários nas quais se delapidam as energias de grupos minoritários».

Nuno Domingos
Investigador auxiliar ICSUL